

POR UM VIÉS CRÍTICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ALINHAVOS E (RES)SIGNIFICAÇÕES

Christyan Afolter da Rosa Pereira¹
Fabrício Leo Alves Schmidt²

INTRODUÇÃO

A educação ambiental (EA) crítica torna-se um paradigma fundamental para a compreensão e promoção da participação social e da cidadania, sendo um elemento-chave da democracia e da emancipação socioambiental. Inserida lateralmente no currículo, a EA crítica transcende as áreas tradicionais das ciências naturais e se estabelece como um campo interdisciplinar capaz de cultivar a análise crítica da realidade entre disciplinas na sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, a educação rural está enraizada na realidade, na cultura e no conhecimento rural e é uma manifestação importante da educação de massa. Este estudo, portanto, teve como objetivo realizar uma revisão de literatura, explorando, dentro de seus limites, as intersecções pedagógicas/metodológicas/curriculares entre a educação ambiental crítica e a educação do campo. O pressuposto central é que a educação formal potencializa as interações entre os indivíduos e promove mudanças de atitudes e perspectivas sobre o mundo, essenciais para a consciência ambiental.

1 METODOLOGIA: UM COMEÇO POSSÍVEL

Adotamos, para o presente estudo, procedimentos interpretativos/qualitativos e descritivos, utilizando pesquisa teórica e processos dialéticos para análise da literatura indireta. A revisão da literatura incluiu artigos científicos das principais revistas e repositórios universitários com o objetivo de desenvolver uma compreensão do potencial da EA crítica na educação rural.

2 CONEXÕES SOCIOAMBIENTAIS: DESAFIOS E PROPOSTAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM UM MUNDO GLOBALIZADO

A educação ambiental (EA) surgiu como uma resposta crítica à tradição naturalista, desafiando a dicotomia histórica entre natureza e sociedade. Carvalho nesse entendimento leciona que (2012) há necessidade de uma abordagem socioambiental a qual reconheça a (inter)dependência entre ecossistemas e sistemas humanos. O conceito de cidadania global reforça essa visão global, enfatizando a importância das (inter)conexões entre natureza, cultura, sociedade e política. No

¹ Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Especialista em Supervisão Educacional pela Universidade Católica de Pelotas – UCPel. Acadêmico do Curso de Pedagogia – 8º Semestre. Centro Universitário Unifacvest. christyanafolterdarosapereira@gmail.com

² Mestre em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/RS). Especialista em Língua, Literatura e Novas Mídias pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS), Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Dom Alberto, Especialista em Supervisão Escolar pela Faculdade Dom Alberto, Especialista em Produção Textual pela Faculdade Dom Alberto, Licenciado em Letras/Literatura pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Bacharel em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS), Licenciado em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS). professorfabricios@gmail.com

contexto das crises globais e dos limites da sustentabilidade na sociedade de consumo, a EA adquire uma dimensão crítica. Layrargues e Lima (2014) argumentam que a EA não se limita a um núcleo de valores e normas partilhados, mas se estende para abranger uma gama de conceitos ambientais, bem como reivindicações pedagógicas e políticas. A crise ambiental contemporânea exacerbada pelo modo de produção capitalista requer abordagens educacionais interdisciplinares e críticas para promover uma nova ética da sustentabilidade.

Nessa mesma corrente de raciocínio, Ruscheinsky e Costa (2012), a consciência ambiental se desenvolve em nível coletivo e é influenciada por condições específicas de vida. Santos, Palavizini e Catalão (2019) nessa mesma toada reiteram que o desafio do desenvolvimento sustentável passa pela criação de uma nova lógica de consumo e gestão dos recursos ambientais os quais leve em conta as necessidades das gerações futuras. Portanto, há uma necessidade urgente de mudar a lógica do consumismo para aliviar os desequilíbrios sociais e ambientais. Brandão, Campos e Brito (2019), por outro lado, discutem como as estruturas de poder capitalistas perpetuam a(s) desigualdade(s) e a exploração do(s) trabalhador(es), destacando o papel da EA crítica no enfrentamento dessas estruturas e na promoção da libertação da consciência e das condições socioambientais.

A EA Crítica incentiva uma análise reflexiva da realidade, reconhecendo que a interação humana é fundamental para resolver conflitos ambientais e superar as características dominantes da modernidade. Bernhard e Oaigen (2016) enfatizam a importância de reconhecer o papel ativo dos indivíduos num mundo globalizado e a necessidade de (re)avaliar as ligações com as comunidades tradicionais – as quais, muitas vezes, carecem de políticas públicas e de acesso à informação. Por conseguinte, a educação rural torna-se um importante meio de integração dessas comunidades na luta por um futuro sustentável – valorizando os seus conhecimentos e práticas tradicionais e capacitando-as como agentes de mudança.

3 UM QUASE CHEGAR LÁ

A Educação Ambiental (EA), conforme lecionada por teóricos como Sato e Santos (2003), é um processo educativo o qual desafia os educadores a refletir criticamente sobre paradigmas estabelecidos e a se engajarem em uma transformação educativa consciente. A pedagogia orientadora dessa transformação deve estar fundamentada em teorias críticas da educação, como as propostas por Freire (1970) – os quais enfatizam a necessidade de uma prática pedagógica que seja dialógica e centrada na emancipação dos sujeitos. A Educação do Campo, emergindo em resposta ao desamparo institucional e à negligência dos poderes públicos, afirma-se como uma pedagogia comprometida com o reconhecimento da diversidade cultural e identitária do meio rural, exigindo políticas públicas as quais transcendam a simples replicação de modelos urbanos. Nessa mesma corrente de interpretação, autores como Caldart (2000) reforçam que a Educação do Campo deve ser vista como um direito dos povos do campo – onde a aprendizagem está intrinsecamente ligada às suas lutas sociais e à valorização de suas culturas.

Por outro lado, Pereira, Bernhard e Köche (2022) argumentam que a transformação de temas ambientais em problemas pedagógicos requer um enfoque o qual promova uma visão integrada e complexa da realidade. A EA defendida nesse contexto assume uma abordagem holística, na qual os estudantes são incentivados a conectar suas experiências cotidianas com as dinâmicas das esferas sociais e de poder ampliadas. Esse enfoque é compatível com o Biorregionalismo, uma prática

didática a qual valoriza as especificidades locais e incentiva o planejamento educacional a partir de características e necessidades regionais – conforme orientado por Sale (1985) e Sato (2005). O Biorregionalismo, particularmente, no contexto da globalização, oferece uma perspectiva para a construção de identidades locais fortalecidas, destacando a importância das lutas políticas em espaços singulares. A valorização dos saberes tradicionais e a celebração da 'casa comum', termos os quais remetem à Carta da Terra (1992), tornam-se essenciais na formação de educadores ambientais comprometidos com o futuro da humanidade.

Assim sendo, a EA, introduzida nos princípios da Agenda 21 e da Carta da Terra, destaca a participação inclusiva como um pilar para o desenvolvimento sustentável. A presença de multiplicadores ambientais em diversos setores sociais é crucial, conforme apontado por Sato e Passos (2002), pois eles atuam como agentes de mudança, espalhando a consciência ambiental e promovendo ações sustentáveis. A urgência de expandir a EA para além das escolas é ressaltada por diversos estudiosos da área, como Orr (1992), o qual argumenta que a responsabilidade ambiental não deve recair somente sobre a juventude, mas ser compartilhada por toda a sociedade. A construção de sociedades justas, pacíficas e democráticas é uma via para alcançar um equilíbrio ecológico e social, e cada comunidade deve forjar seu próprio caminho rumo à sustentabilidade, fundamentado em diálogos os quais integrem dimensões sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas, e traduzam-se em ações cotidianas transformadoras.

CONCLUSÃO

Mais do que a crença na Ciência, tornou-se indispensável encontrar, em meio às tantas desigualdades as quais nos envolvem, por hora, a força e a motivação que necessitamos para seguir acreditando na implementação de sociedades justas, democráticas e participativas, onde o afeto possa ser expresso de forma despretensiosa e irrestrita, com os seres humanos rumando ao encontro de qualidade de vida, (re)significando sua postura e construindo sua felicidade. Ao ser proposta a revisão bibliográfica de alguns dos principais ideários periódicos em Educação Ambiental, fundamenta-se o ponto de que é na relação entre os indivíduos os quais operam as transformações de atitude e o (re)pensar de distintas visões de mundo, independentemente do local onde se processam tais tomadas de consciência constituírem-se enquanto ambientes formais ou não-formais de aprendizagem.

Docentes não dependem de situações específicas para atuarem enquanto educadores ambientais: exercem essa função diariamente, quando manifestam o primeiro passo em direção às salas de aula. Um educador o qual tenha, em mínimo grau, simpatia pelas ideias de Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, já atua, proporcionando a crítica e a reflexão por parte de seus educandos, pois, vê a cada dia a oportunidade de resgatar pontos das suas realidades para tecer novas esperanças – promovendo pequenas e constantes mudanças em seus cotidianos. Ao abordar a Educação Ambiental Crítica, reconhecemos que não há uma única rota definida, mas, sim, rota(s); tampouco podemos replicar uma abordagem pré-existente, pois a natureza intrínseca do pensamento complexo abraça a ideia de incompletude.

Assim, os objetivos desse embrionário estudo foram paulatinamente delineados, ancorando-se nas fontes acadêmicas prestigiosas para explorar e entender o cenário em questão. Sem receitas prontas para cultivar a cidadania planetária e novos paradigmas, é nosso dever plantar sementes de novas

perspectivas, oferecendo-as àqueles preparados para moldar um futuro mais cômico e equilibrado.

REFERÊNCIAS

BERNHARD, T.; OAIGEN, E. R. Formação Inicial em Ciências Biológicas na Visão Holística do Professor Reflexivo: uma análise diante do paradigma de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. **Mercosur em revista**, v. 1, p. 67-79, 2016.

BRANDÃO, P. P. N.; CAMPOS, M. C. R.; BRITO, A. C. U. **A Educação Popular em uma Perspectiva Contra-hegemônica: reflexões acerca do Capitalismo e as questões socioambientais.** **Ambiente & Educação**, v. 24, p. 54-74, 2019.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico.** São Paulo: Cortez, 2012.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. **As Macrotendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira.** **Ambiente & Sociedade**. v. XVII, p. 23-40, 2014.

ORR, D. W. **Ecological Literacy: Education and the Transition to a Postmodern World.** Albany: State University of New York Press, 1992.

PEREIRA C. A. R.; BERNHARD, T.; KÖCHE, A. **Educar para a Sustentabilidade pela Redescoberta de Gaia: Relato de Caso sobre a realização de Oficinas de Formação Pedagógica com Estudantes do Ensino Médio – Curso Normal, em Encruzilhada do Sul, RS, Brasil.** **Caderno De Pesquisa**, v. 32, p.1-10, 2022.

RUSCHEINSKY, A.; COSTA, A. L. **A Educação Ambiental a partir de Paulo Freire.** In RUSCHEINSKY, A. (org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas.** Porto Alegre: Penso, 2012. 183p.

SALE, K. **Dwellers in the Land: The Bioregional Vision.** San Francisco: Sierra Club Books, 1985.

SANTOS, R. S. S.; PALAVIZINI, R.; CATALÃO, V. M. L. **Entre Saberes, Identidades e Territórios.** **Ambiente & Educação**. v. 24, p. 267-286, 2019.

SATO, M.; PASSOS, L. A. **Biorregionalismo: identidade histórica e caminhos para a cidadania.** In LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002. 37p.

SATO, M.; SANTOS, J. E. **Tendências nas pesquisas em educação ambiental.** In NOAL, F.; BARCELOS, V. (Orgs). **Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.111-129p.

SATO, M. **A Educação Ambiental tecida pelas Teorias Biorregionais.** In FERRARO, Luiz (Org.). **Encontros e Caminhos: Formação de educadores(as) ambientais e coletivos educadores.** Brasília: MMA, 2005. 35-46p.

THE EARTH CHARTER INITIATIVE. **A Carta da Terra.** Disponível em ><https://antigo.mma.gov.br/dados-abertos/item/8071-carta-da-terra.html><. Acessado em: 05 de novembro de 2023 às 12h08min.